



REUNIR: Revista de Administração, Ciências Contábeis e Sustentabilidade

www.reunir.revistas.ufcg.edu.br



ARTIGO ORIGINAL: Submetido em: 08.07.20. Avaliado em: 21.12.20. Apto para publicação em: 18.10.23. Organização Responsável: UFCG.

Panorama acadêmico-científico da contabilidade ambiental na pós-graduação brasileira

Academic and scientific overview of the graduate brazilian courses in environmental accountability

Panorama académico-científico de la posgraduación brasileña en contabilidad ambiental

Iluska Lobo Braga

Universidade Federal de Rondônia
UNIR/NUCSA/DACC - Departamento de Ciências Contábeis. BR 364, Km 5
Campus Jose Ribeiro Filho, Porto Velho – RO – CEP: 76801-059
<https://orcid.org/0000-0002-3640-5021>
iluska.lobo@unir.br

Maria Cristina Fogliatti de Sinay

Pesquisadora independente
<https://orcid.org/0000-0002-6994-0397>
cristinasinay@gmail.com

André Luís Faria Duarte

Comissão Nacional de Energia Nuclear
Rua Gal. Severiano, 90, Botafogo
Rio de Janeiro – RJ - CEP: 22290-901
<https://orcid.org/0000-0002-9862-6225>
professor@andreluis.pro.br



PALAVRAS-CHAVE

Pós-graduação
brasileira em
Contabilidade. Ensino
e pesquisa em
Contabilidade
Ambiental.
Contabilidade
Ambiental.

Resumo: O objetivo deste artigo é apresentar a pós-graduação brasileira em Contabilidade com ênfase no ensino e pesquisa da Contabilidade Ambiental para, a partir das informações levantadas, elaborar um prognóstico da área. Caracteriza-se como pesquisa documental, bibliométrica, de natureza descritiva e mista, para o que foram utilizados dados secundários extraídos da plataforma Sucupira da Capes, dos Grupos de Pesquisa do CNPq e de periódicos científicos brasileiros dedicados a Contabilidade. Destacam-se o escasso número de cursos de pós-graduação existentes no Brasil em Contabilidade frente ao número de matrículas e de graduados na área; pouca representatividade de temas da Contabilidade Ambiental nas disciplinas, nas dissertações e teses, replicando-se esta situação nas pesquisas desenvolvidas pelos grupos de pesquisa e nas publicações científicas em periódicos brasileiros com percentagens pouco significativas em relação a publicação total. Estes resultados confirmam achados das pesquisas que constituíram o referencial teórico deste trabalho. Este artigo tem como principal contribuição alertar pesquisadores da área quanto a necessidade de focar temas da Contabilidade Ambiental, tanto no ensino quanto na pesquisa, de forma de colaborar com o desenvolvimento sustentável do País. A carência destes quesitos ficou em evidência após o tratamento das informações levantadas. Outra contribuição importante foi

KEYWORDS

Brazilian graduation courses in Accounting. Teaching and research in Environmental Accountability. Environmental Accounting.

Abstract: *The objective of this article is to present the Brazilian postgraduate program in Accounting with an emphasis on the teaching and research of Environmental Accounting in order to, based on the information collected, elaborate a prognosis of the area. It is characterized as documentary, bibliometric, descriptive and mixed research, for which secondary data extracted from the Sucupira da Capes platform, CNPq Research Groups and Brazilian scientific journals dedicated to Accounting were used. The scarce number of postgraduate courses in Accounting in Brazil stands out in view of the number of enrollments and graduates in the area; little representativeness of Environmental Accounting themes in the disciplines, dissertations and theses, this situation being replicated in the research developed by the research groups and in the scientific publications in Brazilian journals with insignificant percentages in relation to the total publication. These results confirm findings of previous research that constituted the theoretical framework of this work. This article's main contribution is to alert researchers in the area as to the need to focus on Environmental Accounting issues, both in teaching and in research, in order to collaborate with the sustainable development of the country. The lack of these items was evident after the treatment of the information raised. Another important contribution was to highlight the themes of Environmental Accounting effectively addressed.*

PALABRAS CLAVE

Cursos de posgrado Brasileños en Contabilidad. Docencia e investigación en Contabilidad Ambiental. Contabilidad Ambiental.

Resumen: *El objetivo de este artículo es presentar el programa de posgrado brasileño en Contabilidad con énfasis en la enseñanza e investigación de la Contabilidad Ambiental para, a partir de la información recopilada, elaborar un pronóstico del área. Se caracteriza por la investigación ser documental, bibliométrica, descriptiva y mixta, para lo cual se utilizaron datos secundarios extraídos de la plataforma Sucupira de Capes, Grupos de Investigación del CNPq y revistas científicas brasileñas dedicadas a la Contabilidad. El escaso número de cursos de posgrado en Contabilidad en Brasil se destaca teniendo en vista el alto número de inscripciones y graduados en el área; hay poca representatividad de los temas de Contabilidad Ambiental en las disciplinas, disertaciones y tesis, replicándose esta situación en la investigación desarrollada por los grupos de investigación y en las publicaciones científicas en revistas brasileñas con porcentajes insignificantes en relación con la publicación total. Estos resultados confirman hallazgos de investigaciones que constituyeron el marco teórico de este trabajo. La principal contribución de este artículo es alertar a los investigadores en el área sobre la necesidad de enfocar temas de Contabilidad Ambiental, tanto en la enseñanza como en la investigación, para colaborar con el desarrollo sostenible del país. La falta de estos elementos fue evidente después del tratamiento de la información colectada. Otra contribución importante fue destacar los temas de Contabilidad Ambiental efectivamente abordados.*

Introdução

A Contabilidade é a Ciência Social que se ocupa por qualificar e quantificar o patrimônio de pessoas e empresas e por avaliar as flutuações do mesmo ao longo do tempo (Gonçalves & Heliodoro, 2005). Assim sendo, ela pode ser vista como um sistema de apoio às organizações já que provê as mesmas de informações de natureza quali e quantitativa úteis para a tomada de decisões.

Por anos e desde os seus primórdios, as informações levantadas pelo setor de contabilidade visavam apenas à tomada de decisão econômica. A partir da crescente preocupação da sociedade por questões ambientais iniciada na década de 1970 como base para o desenvolvimento econômico das nações, as organizações começaram a desenhar e implementar estratégias de mercado, financeiras e de serviços alinhadas com atividades sustentáveis (Gonçalves & Heliodoro, 2005).

Isto deu origem à denominada Contabilidade Ambiental que tem como um de seus objetivos estudar os fenômenos que resultam do comportamento ambiental das empresas possibilitando apresentar os benefícios e os prejuízos que essas podem provocar no meio ambiente. A Contabilidade Ambiental tem como finalidade identificar e mensurar eventos ambientais, esclarecê-los e registra-los processando as transações econômico-financeiras que estejam relacionadas com a proteção, preservação e recuperação ambiental, visando à evidenciação da situação patrimonial de uma entidade e a geração de informações que subsidiem o usuário, servindo como parâmetro em suas tomadas de decisão (Calixto, 2006; Paiva, 2003; Ribeiro & Rossato, 2017). A Contabilidade Ambiental só passou a ter status de ramo da ciência contábil em 1998 a partir da publicação do Relatório Financeiro e Contábil sobre o Passivo e Custos Ambientais pelo Grupo de Trabalho Intergovernamental de Contabilidade e Relatórios (Ribeiro & Rossato, 2017).

Para acompanhar as mudanças adotadas pelas nações para alcançar ou se aproximar do desenvolvimento sustentável, as organizações

tiveram que evoluir. De acordo com Gonçalves e Heliodoro (2005), as empresas passaram por 5 fases, quais sejam: a) sem preparação, o que as levou a reagir negativamente no início, se recusando a adotar novas estratégias que incluíssem a variável ambiental; b) de cumprimento da legislação, com uma postura mais reativa que lhes permitissem cumprir com as exigências ambientais; c) de reconhecimento das vantagens competitivas ao aderirem de forma proativa às políticas ambientais; d) de ecoeficiência onde as atividades ambientalmente sustentáveis passam a ser vistas como “oportunidade de negócios” e não apenas como custos, chegando a última fase e) de sustentabilidade, que faz as empresas entenderem que as atividades sustentáveis são as de interesse para os *stakeholders*.

Para que as empresas possam implementar a Contabilidade Ambiental, se faz necessária uma preparação técnica sobre diversos assuntos relacionados, destacando dentre outros, quesitos sobre a política ambiental vigente, gastos e ganhos associados com controle ambiental, processos judiciais envolvendo a empresa por causa ambientais e multas associadas, custos para recuperar áreas degradadas, riscos ambientais, possíveis desvalorizações a serem sofridas pós auditoria ambiental e investimentos realizados em tecnologia ambientalmente adequada (Holland, 2004; Theóphilo, Sacramento, Neves & Souza, 2000; Yakhou & Dorweiler, 2004).

O conhecimento destes temas dentre outros espera-se ser obtidos em cursos de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (PPGCC), considerando a importância crescente do tema de sustentabilidade para a sociedade (Santos, Silva, Souza & Sousa, 2001), a necessidade das empresas de mensurar ativos e passivo ambientais (Ribeiro & Rossato, 2017) estabelecendo práticas de gestão socioambiental (Cosenza, Mamede & Laurencel, 2010) e a incipiente produção científica sobre o assunto (Machado et al., 2012) foram os motivos que conduziram a pergunta do presente estudo: como a pós-graduação brasileira na área de Contabilidade está enfrentando os desafios do

paradigma da sustentabilidade, em especial no ensino e pesquisa da Contabilidade Ambiental?

Vale ressaltar que o paradigma de sustentabilidade aqui é entendido como aquele que “expressa hoje o desejo de quase todas as sociedades, em qualquer parte do mundo, por uma situação em que o econômico, o social e o ambiental sejam tomados de maneira equânime. Então, não basta apenas haver crescimento econômico, avanço tecnológico e as instituições; e, sim, pensar na revolução tecnológica e no arcabouço institucional objetivando o bem-estar social com a amplitude a este inerente” (Montibeller-Filho, 2007, p. 59).

Assim sendo, o objetivo do presente trabalho é apresentar a pós-graduação brasileira reconhecida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES em Contabilidade com ênfase no ensino e pesquisa da Contabilidade Ambiental, em termos de localização geográfica, nível (mestrado e/ou doutorado), estrutura curricular, disciplinas, produção de dissertação e teses, defendidas e aprovadas nos cursos e temas tratados pelos Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico- CNPq, assim como a produção científica dos corpos docente e discente conforme publicada em periódicos científicos brasileiros em Contabilidade/Ciências Contábeis. A análise destas informações, extraídas da Plataforma Sucupira e do grupo de periódicos selecionados, permitirá a elaboração do panorama acadêmico- científico da área seguido de prognóstico da mesma.

Este artigo consta de mais 5 itens, contendo, respectivamente, o marco regulatório da Pós-Graduação brasileira, referencial teórico, procedimento metodológico, apresentação dos dados levantados e sua análise e o prognóstico e conclusões do estudo desenvolvido.

Elementos teóricos da pesquisa

Marco Regulatório da Pós-Graduação Brasileira

Santos e Azevedo (2009) destacam a

importância dos cursos de Pós-Graduação devido ao papel de produção de conhecimento proveniente da pesquisa científica que têm como objetivo fundamental, conforme o marco regulatório e as políticas públicas, a transformação das universidades em centros permanentes de atividade criativas.

No Brasil, esse marco regulatório iniciou-se com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (Lei 4.024/61) que define e regulariza o sistema de educação brasileira com base nos princípios presentes na Constituição Federal de 1934 (História do Ensino de Línguas no Brasil, 2009), estabelecendo, em seu artigo 69, que as Instituições do Ensino Superior (IES) possam ministrar cursos de graduação, pós-graduação, especialização, aperfeiçoamento e extensão.

Em 1965 foi elaborado o Parecer 977, também conhecido como Parecer Sucupira, que define a natureza e os objetivos dos cursos de pós-graduação, apresentando as suas características fundamentais, níveis de formação (Mestrado e Doutorado), duração mínima dos cursos, definição de áreas de concentração, exigências mínimas que as IES devem estabelecer nesses cursos, indicando, por fim, o Conselho Federal de Educação para aprovação dos cursos com validação do registro dos diplomas no Ministério da Educação (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior [CAPES], 2018).

Em 1998, a CAPES reconheceu a modalidade Mestrado Profissionalizante e em 2017, o Ministro de Estado da Educação, sr. Mendonça Filho, através da portaria 389, instituiu as modalidades de mestrado e doutorado profissional para pós-graduação stricto sensu (CAPES, 2018).

De acordo com Santos e Azevedo (2009), antes de 1934 já existiam cursos de pós-graduação em funcionamento no Brasil, sendo 11 na modalidade de doutorado e 27 de mestrado. O marco regulatório veio a fortalecer a política de formação de profissionais (professores para o magistério universitário e pesquisadores) com alto nível e atender a expansão do ensino superior para instituições públicas e privadas o que pode ser constatado nos cinco Planos Nacionais de Pós-Graduação-PNPGs cujos objetivos enfatizam a formação dos professores para o ensino superior,

exigindo que o corpo docente da IES tenha um mínimo de professores titulados nas modalidades de mestre e doutor.

O relatório de acompanhamento das metas do VI PNPQ (2011-2020) aponta a evolução nos cursos de mestrado e doutorado oferecidos no Brasil, com projeção de expansão até 2020 de 20,8% e 30,7%, respectivamente, registrando como consequência direta, o aumento dos recursos humanos com as respectivas titulações, destacando que para 2020 haverá 4,5 doutores por cada mil habitantes. Destaca, ainda, o apoio à temática de internacionalização e a importância de se planejar a expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação visando atender as necessidades estratégicas para o desenvolvimento do país (Brasil, 2017a).

No ano de 1999 foi criada a Diretoria do Programa Nacional de Educação Ambiental - ProNEA, vinculada ao MEC e ao Ministério do Meio Ambiente (MMA). Também em 1999 houve a publicação da lei nº 9.795/1999 (e sua regulamentação por meio do Decreto nº 4.281/2002), que finalmente estabeleceu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), segundo a qual tornou-se obrigatória a abordagem do tema em todos os níveis de ensino (Sinay, Dalbem, Loureiro & Vieira, 2013). O ProNEA está sintonizado com o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global elaborado no âmbito do Fórum Global da Rio-92 e tem como estratégia enfrentar a problemática ambiental com a construção de temas para a incorporação da dimensão ambiental, temas como Direito Ambiental, Ciência Complexa, Tecnologia Eco eficiente, Economia Ecológica, Política Verde e Educação Ambiental (Brasil, 2003).

O ProNEA atribui à Conferência de Estocolmo (1972) a inserção desses temas na agenda internacional; ao Programa Internacional de Educação Ambiental - PINEA de 1975, o reconhecimento da educação como uma estratégia para construir sociedades sustentáveis; e à 1ª Conferência Intergovernamental de Tbilisi (URSS em 1977), o estabelecimento do processo educativo orientado para a resolução dos problemas concretos do meio ambiente por meio de enfoques interdisciplinares e de participação ativa e

responsável dos indivíduos e da coletividade (Sinay et al., 2013).

Em relação à área de contabilidade, Beuren (2021) ressalta que os dois primeiros mestrados acadêmicos no país foram criados no ano de 1970, um na USP e outro na FGV-RJ, e um terceiro foi criado em 1978 na PUC/SP. Após um longo período foram criados mais quatro em 1998 (UFRJ), 1999 (Fecap), 2000 (Unisinos) e em 2004 (UnB/UFPB/UFPE/UFRN). O primeiro doutorado foi criado em 1978 na USP. (Beuren, 2021). Costa e Martins (2016) afirmam que em junho de 2016 funcionavam, no Brasil, 28 programas de pós-graduação *stricto sensu* na área contábil.

Contabilidade Ambiental

De acordo com Calixto (2006, p. 66), a Contabilidade Ambiental é um tema em discussão no Brasil desde o início da década de 1990 sendo essa entendida por Ribeiro e Rossato (2017) como um complemento da contabilidade patrimonial. Em sua pesquisa publicada em 2006, Calixto observa que apenas 9,8% dos cursos de graduação em Ciências Contábeis inseriram a Contabilidade Ambiental em seus programas a partir do ano 2000, com destaque para as IES particulares. Esta baixa representatividade, deveu-se, especialmente a existência de poucos profissionais habilitados para lecionar a disciplina, fato também observado por Galvão e Tenório (2009). Após revisar os trabalhos pesquisados por vários autores, como Barbieri e Sousa (2005), realizado em universidades brasileiras, Calixto (2006), confirma a necessidade da valorização da educação em geral e em Contabilidade, em particular, destacando a importância da inclusão da variável ambiental nesta área para preparar futuros tomadores de decisão aptos para enfrentar a multiplicidade de desafios do setor. Ainda ressalta, de forma negativa, a lentidão que caracteriza o comportamento típico de empresários, administradores e profissionais da área contábil que não reagem com a velocidade desejada às mudanças do dinâmico mundo atual.

Nos artigos de Consenza et al. (2010), Ferreira, Três, Garcia, Bittencourt Junior & Ferreira (2009), Paiva (2003), Ribeiro e Rossato (2017), e Tinoco e

Kraemer (2004), encontram-se conceitos relativos ao tema de Contabilidade Ambiental e os artigos produzidos por Ferreira et al. (2009), Machado et al. (2012), Tinoco e Kraemer (2004) avaliam a prática de evidenciação das empresas por meio de Relatórios de Sustentabilidade. Ferreira et al. (2009) ressaltam que embora o patrimônio ambiental não possa ser mensurado conforme os critérios estabelecidos pelos princípios e normas contábeis, o valor atribuído a ele pode ser definido pelas ações implementadas com o intuito de reduzir os impactos negativos sobre o meio ambiente, a fim de preservá-lo e, assim, contribuir para o alcance da sustentabilidade.

Para Gonçalves e Heliodoro (2005, p. 84), a importância da Contabilidade Ambiental na tomada de decisões dos gestores reside na sua utilização para demonstrar a responsabilidade ambiental da empresa, além de assumir um papel estratégico por evidenciar ações proativas adotadas pelas empresas. Assim sendo, a contabilidade ambiental tem procurado estabelecer uma perspectiva de longo prazo, enfatizando a importância de ir além da visão de curto prazo da contabilidade convencional (Tregidga & Laine, 2022). Nessa linha Galvão e Tenório (2009) esclarecem que “toda informação que, não sendo evidenciada, ou sendo mal evidenciada, pode levá-lo a sério erro sobre a avaliação do empreendimento e de suas tendências, o que se aplica de forma plena às informações sobre o desempenho ambiental das empresas”.

Galvão e Tenório (2009) estudaram a inserção da Contabilidade Ambiental na matriz curricular IES dos cursos de graduação em Ciências Contábeis de Recife, onde identificaram que essa disciplina era oferecida por um número reduzido de Faculdades muitas vezes com sua temática diluída em várias disciplinas.

Palma, Oliveira e Viacava (2011) após avaliarem cursos de IES de Universidades Federais Brasileiras buscando por temas que permitissem entender as nuances do desenvolvimento sustentável, como sustentabilidade, gestão ambiental e responsabilidade social corporativa, concluíram que as universidades deveriam adotar uma postura mais ativa nesta direção, para formar alunos capazes de assumir papel ativo na sociedade

atual. Estes pesquisadores finalizam sugerindo uma ampliação da pesquisa junto aos Programas de Pós-Graduação.

Sinay et al. (2013) efetivaram uma pesquisa nesses programas na área de Administração para identificar a efetiva inserção do tema de gestão ambiental no ensino, observando que o interesse do ensino dessa área teve início no começo do século XXI, com o desenvolvimento e publicação de artigos científicos direcionados à descrição e análise crítica dos movimentos sustentáveis, à identificação de práticas sociais, ao envolvimento com a gestão social e ambiental e à educação ambiental direcionada a profissionais das diversas áreas. Também este grupo de pesquisadores enfatiza a lentidão do Brasil em definir ações concretas e responsabilidades pelo tema no ensino dessa área específica.

Na área de Contabilidade Ambiental, Angotti e Ferreira (2017) apontam como pesquisa seminal desenvolvida pelo americano David Linowes em 1968 em que desaprovava a forma de apresentação dos resultados financeiros das corporações que omitiam se manifestar sobre os recursos aplicados em ações socioambientais. O motivo dessa nula ou pouca manifestação era a incipiência do conhecimento sobre como o fazer.

Apesar de ser em 1968 publicado o primeiro trabalho sobre Contabilidade Ambiental, a década de 1970 teve tímido desenvolvimento, concentrando-se estudos sobre a Contabilidade Ambiental, só na década de 1990 (Angotti e Ferreira(2017), Mathews (1997) e Deegan (2002), quando o meio ambiente tornou-se foco da pesquisa acadêmica.

Elementos metodológicos da pesquisa

O objetivo do presente trabalho é apresentar o atual panorama da pós-graduação brasileira em Contabilidade com ênfase no ensino e na pesquisa de Contabilidade Ambiental.

Trata-se de uma pesquisa documental por se apoiar em dados secundários obtidos de documentos oficiais: Plataforma Sucupira, site de Domínio Público da CAPES, site dos Grupos de Pesquisa do CNPq e das instituições envolvidas e periódicos brasileiros, e bibliométrica para

caracterizar a produção científica. Em relação à análise das informações secundárias, a pesquisa se classifica como mista: qualitativa, ao abordar aspectos subjetivos, e quantitativa, ao analisar aspectos objetivos com uso da estatística descritiva.

Quanto ao seu objetivo, se caracteriza como descritiva (GIL, 2008), pois observa fatos, os registra, os analisa e os interpreta sem qualquer interferência nos mesmos.

Este estudo está constituído por duas partes, quais sejam: (1) apresentação do panorama acadêmico da pós-graduação brasileira em Contabilidade e Contabilidade Ambiental; e (2) a apresentação do panorama científico da pós-graduação brasileira em Contabilidade e Contabilidade Ambiental.

A primeira parte consistiu em levantar as instituições brasileiras reconhecidas pela CAPES no quadriênio 2013-2016, que ofertam cursos de pós-graduação (mestrado, doutorado e mestrado profissional), em exclusivamente Contabilidade/Ciências Contábeis, suas localizações, origens, assim como disciplinas, ementas, dissertações e teses efetivamente voltadas para assuntos sobre Contabilidade Ambiental. O levantamento dos dados ocorreu entre junho/2018 a janeiro de 2019.

Na segunda parte foram buscados no site de Grupos de Pesquisa do CNPq (dgp.cnpq.br/dgp/faces/consulta/consulta_parametrizada.jsf) onde foi inserido no termo de busca: “Contabilidade” e “contabilidade ambiental” e selecionados no objetivo do grupo e/ou nos temas destacados de repercussão do grupo estudos que tratam de Contabilidade ambiental conforme discutidos por Holland, 2004; Theóphilo, Sacramento, Neves & Souza, 2000; Yakhou & Dorweiler, 2004. Desses, o nome do grupo, instituição na qual está sediado, ano da sua instalação e tema estudado em Contabilidade Ambiental foram compilados com a finalidade de verificar a representatividade de pesquisas acadêmicas nesta área; sendo os dados levantados, para posterior análise, no período anteriormente mencionado.

Em seguida, após selecionar periódicos científicos brasileiros que incluem no seu título as

palavras Contabilidade ou Ciências Contábeis, foram analisados os títulos e resumos e selecionados os artigos que tratam de Contabilidade ambiental conforme discutidos por Holland, 2004; Theóphilo, Sacramento, Neves & Souza, 2000; Yakhou & Dorweiler, 2004, tornando possível concluir sobre a importância dada pelos pesquisadores a este tema; o período avaliado vai das origens dos periódicos até dezembro de 2018.

A análise dos resultados obtidos nas pesquisas realizadas possibilitou traçar o panorama atual da Contabilidade em geral e da Contabilidade Ambiental em particular nas instituições brasileiras de nível superior, panorama que permitiu traçar o prognóstico da área.

Apresentação dos resultados

Aspectos Acadêmicos

Neste subitem são apresentados a origem dos cursos de pós-graduação em Contabilidade no Brasil, distribuídos por instituição, por nível e por região. Em seguida são apresentadas as disciplinas oferecidas por cada curso separando aquelas especificamente de Contabilidade Ambiental. Idêntico trabalho foi realizado para caracterizar as dissertações e teses na área.

Origem, Evolução, Distribuição Geográfica, de Nível e de Nota Qualis

A Contabilidade está contida na grande área de Ciências Sociais. Na Tabela 1 apresenta-se a representatividade dos cursos de Ciências Contábeis na área de Ciências Sociais Aplicadas.

Tabela 1
Número de Programas em Ciências Sociais Aplicadas

CURSOS	TOTAL	%
Administração, Contabilidade e Turismo	225	100
Administração	183	81,3
Contabilidade	30	13,3
Turismo	12	5,3

Fonte: elaboração própria (pesquisa realizada em julho/2018 nas instituições brasileiras reconhecidas pela CAPES no quadriênio 2013-2016)

De acordo com levantamento realizado na Plataforma Sucupira (<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/listaPrograma.jsf>) em 2018, foi identificado a existência de 30 Programas de pós-graduação em Ciências Contábeis-PPGCC em funcionamento, na área básica de Ciências Contábeis. Estes programas se realizam em 27 IES

num total de 44 cursos levando-se em consideração que o mesmo PPGCC pode ter diferentes modalidades: mestrado (M), doutorado (D) e mestrado profissional (MP). Na Tabela 2 listam-se os cursos em ordem de surgimento acompanhados dos anos de origem, da instituição e do estado brasileiro onde os cursos funcionam.

Tabela 2
Relação dos PPGCC do Brasil por data de Recomendação

IES	UF	Nível do Curso por Ano de Instalação			
		M	D	MP	
Nome	Sigla				
Universidade de São Paulo	USP	SP	1970	1978	
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	PUC/SP	SP	1978		
Centro Universitário FECAP	UniFECAP	SP	2002		
Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	SC	2003	2013	
Universidade Federal do Paraná	UFPR	PR	2004	2014	
Universidade de São Paulo/Ribeirão Preto	USP/RP	SP	2005	2013	
Universidade Regional de Blumenau	FURB	SC	2005	2008	
Universidade Federal da Bahia	UFBA	BA	2006		
Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	MG	2007	2017	
Universidade Federal de Pernambuco	UFPE	PE	2006	2016	
Universidade de Brasília	UNB	DF	2007	2007	
Universidade Federal da Paraíba	UFPB ¹	PB	2007	2007	
			2014	2015	
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN ¹	RN	2007	2007	
			2014		
Universidade Presbiteriana Mackenzie	UPM	SP			2007
Fundação Instituto Capixaba de Pesquisa em Contabilidade Economia e Finanças	FUCAPE-ES ²	ES	2008	2009	2003
Universidade Federal do Espírito Santo	UFES	ES	2009		
Universidade Federal de Uberlândia	UFU	MG	2012	2016	
Universidade Estadual de Maringá	UEM	PR	2013		
Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	RJ	2013	2014	
Fundação Instituto Capixaba de Pesquisa em Contabilidade Economia e Finanças	FUCAPE-RJ	RJ			2014
Universidade Federal Rural de Pernambuco	UFRPE	PE	2014		
Faculdade Fipecafi	FIPECAFI	SP			2015
Universidade Comunitária da Região de Chapecó	UNOCHAPECO	SC	2015		
Universidade Federal de Goiás	UFG	GO	2015		
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	RS	2015		

IES		UF	Nível do Curso por Ano de Instalação		
Nome	Sigla		M	D	MP
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul		UFMS	MS	2016	
Universidade Federal do Rio Grande		FURG	RS	2016	
TOTAL DOS PROGRAMAS			30	26	14
			TOTAL 44 CURSOS		
1 – Nestas IES há dois programas: <u>Contabilidade – UNB – UFPB - UFRN</u> para o mestrado e doutorado Acadêmicos e <u>Ciências Contábeis</u> o mestrado e doutorado Acadêmicos.					
2 – Nesta IES há dois programas: <u>Administração e Ciências Contábeis</u> para o mestrado e doutorado Acadêmicos e <u>Ciências Contábeis</u> para o mestrado Profissional.					

Fonte: elaboração própria

Ainda que a LDB tenha regulamentado os Programas de Pós-Graduação (PPG) em 1961, definindo a natureza desses cursos em 1965, somente em 1970 teve origem o primeiro curso de mestrado em Contabilidade e um de doutorado em 1978, ambos na USP/SP. Mesmo lapso de tempo aconteceu entre a regulamentação do mestrado profissional (1978) e o surgimento efetivo do primeiro curso deste nível acontecido em 2003 na FUCAPE/ES.

Apenas no início do século XXI, 32 anos após a recomendação do primeiro PPGCC observa-se a expansão do número de cursos autorizados, sendo que na primeira década (2001 a 2010) foram autorizados 15 IES e entre 2011 a 2018, mais 13 IES, mostrando que se fizeram necessários 48 anos para a PPGCC ser ofertado timidamente na região sul e sudeste, no Nordeste os cursos só chegaram a partir de 2006, e no norte do país até a data desta pesquisa não há curso de PPGCC ofertados.

Os cursos de doutorado levaram 29 anos (1978-2007) com uma distribuição regional mais pulverizada a saber Brasília; Paraíba, Rio Grande do Norte; Santa Catarina, Espírito Santo

Os dados apresentados na Tabela 2 permitiram a localização geográfica, representada na Figura 1, dos cursos em funcionamento.

Figura 1
Localização dos PPGCC



Fonte: elaboração própria

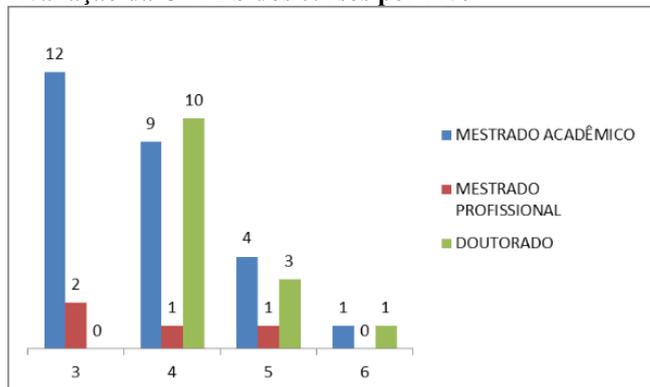
Da Figura 1, observa-se que a política de expansão ainda está deficitária na Região do Nordeste, onde são atendidos 4 estados (3 deles com mestrado e doutorado) dos 9 existentes; no Centro-Oeste, o estado do Mato Grosso não possui nenhum curso e apenas no Distrito Federal (UNB) tem curso com mestrado e doutorado; na Região Sul e Sudeste todos os estados apresentam PPGCC, apenas no Rio Grande do Sul não há curso de doutorado e na Região Norte não existem PPGCC's.

Pode-se concluir então que o número de cursos existentes é pouco expressivo, apesar da representatividade dos cursos de graduação em Contabilidade em termos de número de matrículas e número de graduados. Como hipótese dessa baixa oferta de curso é o fato da Contabilidade ser para o CNPq uma subárea da Administração (conforme Tabela 1), o que no conjunto pode disfarçar a baixa

oferta.

Na Figura 2 são apresentados o número de cursos por nota e por nível e a distribuição dos cursos por nível, respectivamente.

Figura 2
Avaliação da CAPES dos cursos por nível



Fonte: elaboração própria

Pode-se destacar que o primeiro PPGCC recomendado pela CAPES em 1970, oferecido pela USP, é o único programa que tem nota 6; 32% dos cursos apresentam nota 3, 45% dos cursos nota 4 e 18% nota 5.

Disciplinas oferecidas

Os títulos e ementas das disciplinas listadas para cada curso foram pesquisados com o intuito de verificar se elas contêm, total ou parcialmente, temas ambientais ou se não são direcionadas ao tema. Para isto, aplicaram-se as palavras chaves: ambiental, sustentabilidade e responsabilidade social corporativa.

De um total de 1292 disciplinas oferecidas apenas 44 (3,4%) são integralmente de Contabilidade Ambiental, 62 (4,8%) pelo seu caráter (tópicos contemporâneos, tópicos especiais, seminários diversos e outros) contêm tópicos de Contabilidade Ambiental, e o restante 91,8% não tratam temas de Contabilidade Ambiental.

Cabe ressaltar que das 44 disciplinas caracterizadas como de Contabilidade Ambiental nenhuma está listada como obrigatória nos documentos institucionais. Os principais temas tratados nas 44 disciplinas estão listados na Tabela 3.

Tabela 3

Temas tratados nas disciplinas integralmente dedicadas à Contabilidade Ambiental

Temas de Contabilidade Ambiental	Total de Disciplinas
Reconhecimento, mensuração, evidenciação da contabilização ambiental e custos ambientais	13
Contabilidade da Gestão e Controladoria Ambiental	7
Contabilidade e o meio ambiente	6
Contabilidade Ambiental Financeira	6
Contabilidade Ambiental Gerencial	6
Indicadores Ambientais e de Desempenho Ambiental (medição e avaliação)	6
Benchmarking, normas, diretrizes e políticas ambientais	4
Contabilidade ambiental, contabilidade social	4
Valoração econômica dos impactos ambientais e culturais	4
Ativos culturais e ativos ambientais	2
GAIA-Gerenciamento de aspectos e impactos ambientais	2
Balanco Ambiental	2
Responsabilidade ambiental e social	2
SICOGEA- Sistema Contábil Gerencial Ambiental	2
Custos da Qualidade e Ambientais	1
Novas tendências em pesquisas em contabilidade social e ambiental	1

Fonte: elaboração própria

Considerando que o tema de contabilidade ambiental é localizado em disciplinas como tópicos contemporâneos, tópicos especiais, seminários diversos e outros, pode-se inferir a pouca participação das disciplinas totalmente dedicadas à Contabilidade Ambiental indo na contramão das recomendações dos pesquisadores da área em termos globais. Desde a década de 1970 o mundo acadêmico todo se voltou a estudos que buscam o desenvolvimento sustentável, o que não é observado na área estudada. Estes números confirmam os achados de Galvão e Tenorio (2009), Palma, Oliveira e Viacava (2011) e de Sinay et al. (2013) que ressaltam, respectivamente, o escasso número de disciplinas totalmente dedicadas à Contabilidade Ambiental, a necessidade das universidades serem mais ativas na introdução da variável ambiental, e a lentidão do país na definição, e posterior implementação de ações concretas e de práticas sociais sobre a gestão

socioambiental.

Dissertações e teses

Inicialmente foram levantadas todas as dissertações e teses publicadas na Plataforma Sucupira na área de Ciências Contábeis, totalizando 4.388. Após aplicar filtros no título contendo as palavras chaves ambiental, sustentabilidade e responsabilidade social e corporativa foram encontradas apenas 62 (1,41%) que tratam de temas de Contabilidade Ambiental.

Ressalta-se que os Cursos de Doutorado da UFPE e da UFU, assim como os de Mestrado Acadêmico da UFMS e da FURG, não tem produção de dissertações e teses na plataforma, por terem iniciado as suas atividades após o ano de 2016.

Os principais temas abordados nas dissertações e teses em Contabilidade Ambiental estão contidos na Tabela 4.

Tabela 4

Principais temas em Contabilidade Ambiental

Temas em Contabilidade Ambiental
Ambiente regulatório e evidenciação social
Avaliação do impacto socioeconômico e ambiental da compensação financeira
Contabilidade social e ambiental
Controle de projetos socioambientais
Custos ambientais
Demonstração do valor adicionado
Desempenho socio-econômico-ambiental e disclosure socioambiental
Disclosure socioambiental e custo de capital próprio
Divulgação das informações desastres no meio ambiente'
Divulgação de informações sobre os impactos ambientais
Equilíbrio socioeconômico e ambiental
Evidenciação ambiental reflexos de diferentes marcos regulatórios
Evidenciação contábil do desempenho social e ambiental
Evidenciação de informações ambientais, gastos ambientais e riscos socioambientais
Gastos com meio ambiente no Brasil

Temas em Contabilidade Ambiental
Gastos socioambientais voluntários e a obtenção de benefícios fiscais
ICMS ecológico na preservação ambiental
Impactos no disclosure e nos investimentos socioambientais
Indicadores de desempenho ambiental evidenciados nos relatórios de sustentabilidade
Influência dos aspectos da governança corporativa na evidenciação ambiental
Influência dos gastos e da evidenciação ambiental na qualidade da informação contábil
Informações da sustentabilidade empresarial e sua relação com os investimentos socioambientais
Métrica de valoração ambiental
Passivos ambientais
Práticas de controle interno e gestão de riscos ambientais
Práticas de evidenciação das provisões e passivos contingentes ambientais

Fonte: elaboração própria

Novamente, neste quesito a percentagem de dissertações e teses tratando de temas de Contabilidade Ambiental é pouco significativa, confirmando os achados de Calixto (2006) no que se refere ao viés da preparação dos futuros tomadores decisão, já que encontrou um percentual irrisório de oferta da disciplina Contabilidade Ambiental nas universidades brasileiras.

Panorama Científico

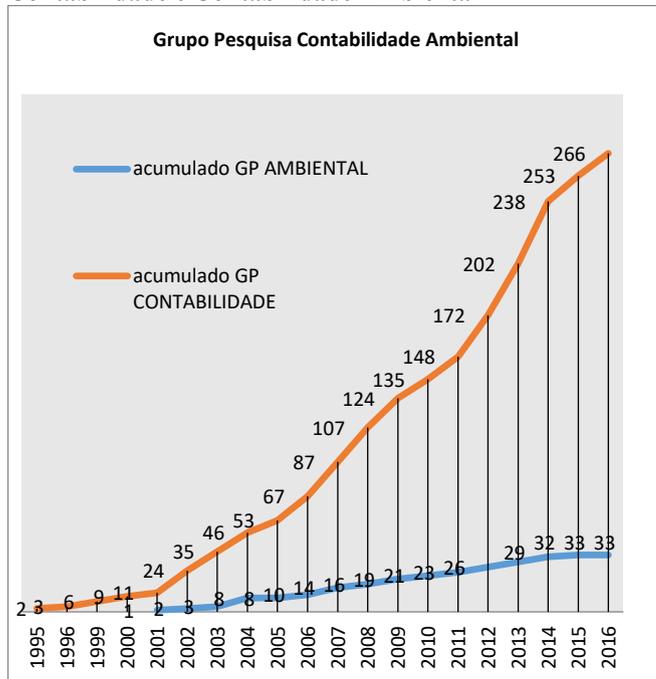
Este item contém o levantamento dos grupos de pesquisa do CNPq certificados em dezembro 2018 e que tratam da Contabilidade Ambiental, assim como, os artigos científicos publicados pelas revistas brasileiras ao longo da vida útil de cada uma no tema.

Grupos de pesquisa

Este subitem foi construído a partir de busca no site dos grupos de pesquisa do CNPq, onde foram encontrados, (em dezembro de 2018) um total 266 grupos em Contabilidade. Ao aplicar o filtro Contabilidade Ambiental obtiveram-se 33 (12,5%) grupos. A evolução ao longo do tempo dos números de grupos em Contabilidade e em

Contabilidade Ambiental é apresentada na Figura 3. Ao verificar quais deles de fato pertencem às IES previamente levantadas obtiveram-se 15, que tiveram avaliados seus objetivos de linha e a repercussão resultando em 13 (5%) grupos em IES tratando efetivamente do tema de Contabilidade Ambiental. Estes 13 grupos com os respectivos anos de formação estão apresentados nas Tabelas 5 e 6, que se segue, apresentam-se os temas tratados por estes 13 grupos.

Figura 3
Evolução do número de grupos de pesquisa em Contabilidade e Contabilidade Ambiental



Fonte: elaboração própria

Os grupos de pesquisa em Contabilidade se iniciaram em 1995 na USP e na Universidade Estadual da Paraíba. Só após 6 anos iniciou-se o primeiro grupo em Contabilidade Ambiental também na USP. Os grupos das duas áreas (Contabilidade e Contabilidade Ambiental) cresceram, em número, a partir de então, porém com taxas de crescimento muito diferentes como pode ser observado no Gráfico 4, onde a curva que representa a evolução em número dos Grupos de Pesquisa novamente reflete a lentidão na área em reagir as mudanças do mundo atual.

Tabela 5
Relação dos grupos de pesquisa de IES com PPGCC

IES	GRUPO	ANO DE FORMAÇÃO
USP	Estudos socioambientais em contabilidade	2001
	Núcleo de Estudos em Contabilidade e Meio Ambiente	2009
	Indicadores para Sustentabilidade Corporativa	2013
USP/RP	Grupo de Estudos em Informações Contábeis - InCont - FEA-RP/USP	2003
UFPB	Gestão, Controle e Mensuração Contábil-Financeira	2004
UFBA	Laboratório de Pesquisa em Contabilidade de Gestão	2004
UFRJ	Grupo de Contabilidade Ambiental e Relatórios Sociais	2006
UFSC	NPGO-Núcleo de Pesquisas em Governança nas Organizações	2006
	Núcleo de Estudos sobre Meio Ambiente e Contabilidade	2009
FURG	Núcleo de Pesquisa e Extensão em Contabilidade e Finanças	2007
UNB	Núcleo de Pesquisa em Responsabilidade Socioambiental Corporativa	2008
FUCAPE	CESO - Centro de Estudos em Sustentabilidade das Organizações	2013
UFES	Contabilidade Ambiental e Sustentabilidade Corporativa.	2014

Fonte: elaboração própria

Observa-se que das 27 IES com PPGCC listadas na tabela 2, apenas 10 instituições sediam os 13 grupos de pesquisa em Contabilidade Ambiental. Destaca-se que a USP sedia 4 desses grupos, sendo 1 deles em Ribeirão Preto/SP.

Tabela 6
Principais temas de Contabilidade Ambiental tratados pelos Grupos de Pesquisa

Temas destacados pelos Grupos de Pesquisa
Avaliação dos custos de subprodutos indesejáveis (poluição) e propostas de alternativas para evitá-los.

Estudos de eventos ambientais que influenciam a situação patrimonial das empresas
Estudos de formas de evidenciação da responsabilidade socioambiental corporativa.
Formação de profissionais de contabilidade aptos para enfrentarem os desafios das mudanças ambientais e sociais.
Gestão para a sustentabilidade das organizações, abrangendo os aspectos ambientais, especialmente na busca da inovação
Identificação de instrumentos de mensuração de impactos ambientais causados pelas organizações.
Indicadores e índices de desempenho sustentável das empresas: medidas e metas para o adequado controle gerencial
Interações da Contabilidade, da Controladoria e da Administração Financeira com as atividades sociais e ambientais.
Mudanças climáticas globais.
Transparência Contábil e Contabilidade Socioambiental.

Fonte: elaboração própria

Os temas tratados por estes grupos são amplos e funcionam como “guarda-chuva”. Cabe destacar que são muitos os desafios atuais do mundo moderno para os profissionais da área contábil, tais como os citados na introdução e referencial teórico deste artigo, a saber: quesitos sobre a política ambiental vigente, gastos e ganhos associados com controle ambiental, processos judiciais envolvendo a empresa por causa ambientais e multas associadas, custos para recuperar áreas degradadas, riscos ambientais, possíveis desvalorizações a serem sofridas pós auditoria ambiental e investimentos realizados em tecnologia ambientalmente adequada. Nesse sentido, torna-se necessário o empenho na pos-graduação para estabelecer estudos e pesquisas que norteiem os profissionais.

Periódicos

Para fins de análise das publicações dos corpos docente e discente, foram levantados aqueles periódicos nacionais que contém no título da revista/periódico as palavras: contábil ou contabilidade, com QUALIS entre os estratos A1 e B3 e desses foram verificados o título, ano de origem, unidade de federação (UF), frequência, classificação QUALIS, total de artigos publicados

em Contabilidade, em geral, e em Contabilidade Ambiental, em particular (Tabela 7). Os dados foram levantados desde a data de origem de cada periódico até dezembro de 2018 e a classificação corresponde a do último quadriênio, 2013-2016, de avaliação.

Na Tabela 7 pode-se observar que 24% dos periódicos tem QUALIS A2, 24% QUALIS B1, 33% QUALIS B2 e 19% QUALIS B3; 76% dos periódicos tem periodicidade quadrimestral; 14% trimestral e 10% semestral.

Quanto a localização regional das instituições que editam os periódicos observa-se que 72% encontra-se nas regiões sul e sudeste. Enquanto o restante, 28%, nas regiões nordeste e Centro-Oeste. Quando comparados com as instituições que oferecem cursos de PPGCC verifica-se que os periódicos correspondem as mesmas regiões.

Em relação às percentagens de artigos sobre Contabilidade Ambiental, estas são pouco significativas demonstrando que os docentes/pesquisadores e discentes dos PPGCC ainda não estão atentos a importância e atualidade deste tema, apesar do mesmo estar em evidência já há várias décadas. Os dois periódicos com maiores percentagens de publicação em Contabilidade Ambiental (6% e 8%, respectivamente) são Sociedade, Contabilidade e Gestão e Revista Ambiente Contábil. Demais periódicos chegam a 4%, sendo que alguns deles não tem publicação na área.

Tabela 7

Periódicos Brasileiros em Contabilidade

Nome do Periódico	Ano de origem	UF	Periodicidade	Qualis	Total de Artigos	Contabilidade Ambiental	
						Quant	%
Contabilidade Vista & Revista	1989	MG	Quadrimestral	A2	385	6	2%
Revista Contabilidade & Finanças (Online)	2001	SP	Quadrimestral	A2	344	2	1%
RCO - Revista de Contabilidade e Organizações	2005	SP	Trimestral	A2	236	1	0%
Revista Contemporânea de Contabilidade	2004	SC	Quadrimestral	A2	295	5	2%
Revista Universo Contábil	2007	RS	Quadrimestral	A2	400	2	1%
Contabilidade, Gestão e Governança	1998	RS	Quadrimestral	B1	341	2	1%
BASE - Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos	2004	DF	Trimestral	B1	358	8	2%
Enfoque: Reflexão Contábil	2005	PR	Quadrimestral	B1	346	5	1%
Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade	2008	DF	Trimestral	B1	241	1	0%
UNB Contábil	1998	DF	Quadrimestral	B1	340	3	1%
Tecnologias de Administração e Contabilidade	2011	SP	Semestral	B2	35	0	0%
Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ	1996	RJ	Quadrimestral	B2	275	3	1%
Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade	2011	BA	Quadrimestral	B2	185	4	2%
Sociedade, Contabilidade e Gestão	2006	RJ	Quadrimestral	B2	239	15	6%
Pensar Contábil	2001	RJ	Quadrimestral	B2	343	7	2%
Reunir: Revista de Administração, Ciências Contábeis e Sustentabilidade	2011	PB	Quadrimestral	B2	158	2	1%
Revista Catarinense da Ciência Contábil	2001	SC	Quadrimestral	B2	288	3	1%
RC&C - Revista de Contabilidade e Controladoria	2009	PR	Quadrimestral	B3	209	6	3%
Revista Mineira de Contabilidade	2000	MG	Quadrimestral	B3	356	14	4%
RACE - Revista de Administração, Contabilidade e Economia (Online)	2005	SC	Quadrimestral	B3	340	14	4%
Revista Ambiente Contábil	2009	RN	Semestral	B3	284	24	8%
Totais					5998	127	2%

Fonte: elaboração própria

Conclusões

Neste artigo construiu-se o panorama da pós-graduação brasileira em Ciências Contábeis, com ênfase na Contabilidade Ambiental que permitiu construir o prognóstico a seguir apresentado no que se confirmam as opiniões de trabalhos anteriormente publicados no assunto, como os mencionados na Introdução e no Referencial Teórico desta pesquisa.

O número de cursos de PPGCC é escasso, sobretudo conhecendo-se a recomendação do VI PNPG sobre a necessidade de se planejar a expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação para atender as necessidades estratégicas para o desenvolvimento do país; assim como, a importância da graduação em Ciências Contábeis em termos de número de alunos ingressantes e de graduados na área. O Relatório Censo da Educação Superior 2016:

principais resultados, elaborado pela Diretoria de Estatísticas Educacionais - DEED do Ministério da Educação e Cultura – MEC, coloca a graduação em Ciências Contábeis no 4º lugar no período entre 2009 à 2016 em todo o Brasil (Brasil, 2017b). Mostra-se, assim, a necessidade da criação de novos cursos para absorver o potencial de candidatos graduados em Ciências Contábeis. Os cursos a serem criados deveriam ser localizados, especialmente, em regiões do país ainda não atendidas ou parcialmente atendidas (região Norte e regiões Centro-Oeste e Nordeste, respectivamente), suportados por uma política pública de indução equânime dos PPGCC no Brasil.

Observou-se a necessidade de se fortalecer o ensino e a pesquisa em Contabilidade Ambiental, com profissionais formados em disciplinas que suportam esta área. Ao se listar temas incluídos tanto nas disciplinas quanto os

tratados nas dissertações, teses, grupos de pesquisa e artigos científicos publicados em periódicos brasileiros em Ciências Contábeis, verificaram-se que os temas técnicos de Contabilidade Ambiental apresentam percentagens pouco significativas em relação aos temas da área de Contabilidade, demonstrando, assim, que pesquisadores, docentes e discentes ainda não reconhecem a devida importância da Contabilidade Ambiental para a área e para a sociedade. Fato este que também demonstra a pouca oxigenação da área como reflexo dos temas com baixo direcionamento aos desafios da Sociedade Contemporânea.

Para acompanhar as mudanças do mundo atual, cuja sociedade está cada vez mais ativa na defesa da qualidade ambiental, se faz necessário o conhecimento de temas associados com a Contabilidade Ambiental, como mencionado por diversos pesquisadores na Introdução e no Referencial Teórico deste trabalho. Os temas tratados pelas PPGCC não contemplam, atualmente, nem a metade dos recomendados pela literatura do setor, demonstrando-se que o reconhecimento da importância da Contabilidade Ambiental está evoluindo a passos demorados no Brasil e nas Ciências Contábeis.

O baixo número de artigos científicos publicados nas revistas de Contabilidade/Ciências Contábeis sobre temas da Contabilidade Ambiental leva à necessidade de criar novos periódicos ou mudar as políticas dos atuais, com políticas que contemplem e deem ênfase aos temas da Contabilidade Ambiental

Como conclusão final desta pesquisa tem-se a confirmação de que, no âmbito da Contabilidade Ambiental, a pós-graduação brasileira não está preparando, ainda, profissionais aptos para enfrentar os desafios atuais, especialmente, aquele relacionado à habilidade em qualificar e quantificar ações pessoais e organizacionais, benefícios

decorrentes das respectivas implementações e danos provocados ao meio ambiente. Sem esta aptidão a preservação do meio ambiente fica limitada e o avanço ao desenvolvimento sustentável do País, prejudicado.

Outrossim, destaca-se a limitação da pesquisa que focou no tema Contabilidade Ambiental em português. Dessa forma, recomenda-se a ampliação da pesquisa para palavras correlacionadas ao tema, assim como palavras em inglês.

Referências

Angotti, M., & Ferreira, A. C. S. (2017). Contribuições dos anos 1970 à Contabilidade Socioambiental e reflexões para pesquisas futuras: Um survey com pesquisadores brasileiros. *International Business and Economics Review*, Edição Especial ISG (8), 227-267. Recuperado de <http://recil.grupolusofona.pt/handle/10437/8050/>

Beuren, I. M. (2021). Formação de capital humano nos Programas de Pós-Graduação de Contabilidade. *Revista Brasileira de Contabilidade*, 50(247), 3-15.

Brasil. (2003). *Programa Nacional de Educação Ambiental ProNEA*: Documento em Consulta Nacional. Brasília: MEC/MMA.

Brasil. (2017a). *Comissão Especial de Acompanhamento do PNPGE - 2011-2020*: Relatório Final 2016 - Sumário Executivo. Brasília: CAPES.

Brasil. (2017b). *Censo da Educação - 2016*: principais resultados. Brasília: MEC.

Calixto, L. (2006). o ensino da contabilidade ambiental nas universidades brasileiras: um estudo exploratório. *Revista Universo Contábil*, 2(3), 65-78. Recuperado de <https://biblat.unam.mx/hevila/Universocontabil/2006/vol2/no3/4.pdf>

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior [CAPES]. (2018). *Legislação*

específica. Brasília: MEC. Recuperado de <http://capes.gov.br/avaliacao/sobre-avaliacao/legislacao-especifica>

Cosenza, J. P., Mamede, E., & Laurencel, L. D. (2010). Análise dos Fundamentos Teóricos Associados à Pesquisa Contábil na área Ambiental. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 29(1), 18-38.

Costa, F., & Martins, G. de A. (2016). Influências da socialização acadêmica no desenvolvimento das publicações científicas em contabilidade no Brasil: uma análise dos programas de pós-graduação stricto sensu. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 10(3), 314-331.

Deegan (2002). Introduction: the legitimising effect of social and environmental disclosures – a theoretical foundation. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 15(3), 282-311. DOI: <https://doi.org/10.1108/09513570210435852>

Ferreira, L. F., Três, L. D., Garcia, G. E., Bittencourt Junior, F. J., & Ferreira, D. D. M. (2009). Indicadores de sustentabilidade Empresarial: uma comparação entre os indicadores do balanço social IBASE e relatório de sustentabilidade segundo as diretrizes da Global Reporting Initiative GRI. *Anais do SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia*, Resende: AEDB, 6. Recuperado de [http://info.aedb.br/seget/artigos09/445_445_Contabilidade_social_REV.seget\[2\].pdf](http://info.aedb.br/seget/artigos09/445_445_Contabilidade_social_REV.seget[2].pdf)

Galvão, C. C., & Tenório, J. N. (2009). Um Estudo sobre o Ensino da Contabilidade Ambiental nos Cursos de Graduação em Ciências Contábeis. *Anais do Congresso Brasileiro de Custos*, Fortaleza, CE, 16.

Gonçalves, S. S., & Heliodoro, P. A. (2005). A Contabilidade Ambiental como um novo Paradigma. *Revista Universo Contábil*, 1(3), 81-93.

História do Ensino de Línguas no Brasil. (2009). *LDB de 1961*. [on line] Recuperado de http://www.helb.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=32:ldb-de-

[.%201961&catid=1035:1961](http://www.helb.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=32:ldb-de-%201961&catid=1035:1961)

Holland, L. (2004). Experiences from a student programme designed to examine the role of the accountant in corporate social responsibility (CSR). *International Journal of Sustainability*, 5(4), 404-416.

Linowes, D. F. (1968). Socio-Economic Accounting. *The Journal of Accountanc*, 37.

Machado, D. D., Diniz, G. M., Marinho, L. F., Furtado, C. F., Sousa, A. M., & Sena, A. M. (2012). Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Social Corporativa: Um Estudo da Produção Científica Brasileira. *Revista Brasileira de Administração Científica*, 3(3), 183-200.

Mathew, M. R. (1997). Twenty-Five Years of Social and Environmental Accounting Research. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 10(4), 481-531.

Montibeller-Filho, G. (2007). *Empresas, desenvolvimento e ambiente: diagnóstico e diretrizes de sustentabilidade*. Barueri: Manole.

Paiva, P. R. (2003). *Contabilidade Ambiental: evidenciação dos gastos ambientais como transparência e focada na prevenção*. São Paulo: Atlas.

Palma, L. C., Oliveira, L. M., & Viacava, K. R. (2011). Sustainability in Brazilian Federal Universities. *International Journal of Sustainability in Higher Education*, 12(3), 250-258.

Ribeiro, C. D., & Rossato, M. V. (2017). *Algumas visões acerca da contabilidade ambiental no Brasil*. Recuperado de http://www.economicas.uba.ar/wp-content/uploads/2017/08/Ribeiro_rossato.pdf

Santos, A. D., Silva, F. B., Souza, S., & Sousa, M. F. (2001). Contabilidade Ambiental: Um Estudo sobre sua Aplicabilidade em Empresas Brasileiras. *Revista Contabilidade & Finanças*, 16(27), 89-99.

Santos, A. L., & Azevedo, J. M. (2009). A pós-graduação no Brasil, a pesquisa em educação e os estudos sobre a política educacional: os contornos da constituição de um campo acadêmico. *Revista Brasileira de Educação*, 14(42), 534-605.

Sinay, M. C. F., Dalbem, M. C., Loureiro, I. A., & Vieira, J. M. (2013). Ensino e Pesquisa em Gestão Ambiental nos Programas Brasileiros de Pós-Graduação. *RAM - Revista Administração Mackenzie*, 14(3), 55-82.

Theóphilo, C. R., Sacramento, C. O., Neves, I. F., & Souza, P. L. (2000). O ensino da teoria da contabilidade no Brasil. *Contabilidade Vista & Revista*, 11(3), 3-10.

Tinoco, J. E. P., & Kraemer, M. E. P. (2004). *Contabilidade e Gestão Ambiental*. São Paulo: Atlas.

Tregidga, H., & Laine, M. (2022). On crisis and emergency: Is it time to rethink long-term environmental accounting? *Critical Perspectives on Accounting*, 82, 102311.

Yakhou, M., & Dorweiler, V. P. (2004). Environmental Accounting: an essential component of business strategy. *Business Strategy and the Environment*, 13(2), 65-77. DOI: <https://doi.org/10.1002/bse.395>